



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CANINDÉ
FUNDADA EM 21 DE JUNHO DE 1847
GABINETE DO VEREADOR GLEISON FEITOSA

PROJETO DE LEI Nº 176/2021, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021.

EMENTA: Estabelece a Notificação Compulsória dos casos de Acidentes em Calçadas.

A Câmara Municipal de Canindé, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - As unidades de saúde do Município deverão notificar ao órgão responsável da Prefeitura Municipal, todos os casos de acidentes em calçadas, discriminando inclusive os custos totais do tratamento.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, entende-se por acidentes em calçadas toda e qualquer forma de dano físico e material decorrente de tombo ou queda em acidente causado pela má conservação da calçada.


Art. 2º - As pessoas físicas que não cumprirem a obrigação da presente Lei estarão sujeitas às mesmas sanções impostas àqueles que não informar ao órgão responsável os casos de notificação compulsória.

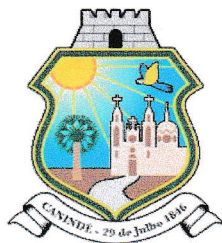
Parágrafo único - O órgão competente deverá enviar à Câmara Municipal o relatório anual com os dados constantes da presente notificação compulsória.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Plenário Vereador Raimundo Jacinto Alves, aos 06 de outubro de 2021.


Antônio Gleison Lopes Feitosa
Vereador - PL



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CANINDÉ
FUNDADA EM 21 DE JUNHO DE 1847
GABINETE DO VEREADOR GLEISON FEITOSA

JUSTIFICATIVA

**Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,**

Estima-se que o próprio Poder Público tenha gastos elevados com o tratamento de lesões e sequelas decorrentes de quedas e acidentes em calçadas mal conservadas. Ou seja, em vez de o Poder Público usar recursos para manter a qualidade das calçadas, acaba por gastar no tratamento de fatos indesejáveis: os acidentes causados pelo péssimo estado delas.

Nesse contexto, o presente Projeto objetiva instituir a notificação obrigatória de tais acidentes. Tal medida é no sentido de não só contabilizar os custos públicos do calçamento impróprio que lesiona os acidentados, como também servir como motivador para interrupção desta lógica maléfica. Portanto, é imperioso que nosso Município atue em tal assunto.

Assim, rogo aos meus nobres pares edis que aprovem o presente Projeto que submeto a esta Casa de Leis.

Sala das Sessões do Plenário Vereador Raimundo Jacinto Alves, aos 06 de outubro de 2021.


Antônio Gleison Lopes Feitosa
Vereador - PL